

Resenha do livro: Jannuzzi, Paulo de Martino. **Migração e Mobilidade Social:** Migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Autor da Resenha: Renata Lopes da Silva, Universidade Estadual de Ponta Grossa

Recebido para publicação em 17/11/2007

Aceito para publicação em 25/02/2008

O livro “Migração e mobilidade social - migrantes no mercado de trabalho paulista” do autor Paulo de Martino Jannuzzi, retrata momentos relevantes na constituição da sociedade urbano-industrial brasileira no século XX.

A instabilidade econômica e a escassa criação de empregos, a partir da década de 80 resultaram em uma delicada situação, no que diz respeito às perspectivas de mobilidade social e tendências migratórias no país, sobretudo em São Paulo.

Este trabalho é resultado da tese de doutorado do autor, voltada à análise da mobilidade ocupacional e social no mercado de trabalho paulista entre 1980 e 1993, tem como base uma retrospectiva sobre o histórico ocupacional e espacial de migrantes.

Avalia em que medida a migração proporcionou alternativas para inclusão desses trabalhadores até então marginalizados, considerando o contexto desfavorável do mercado de trabalho paulista no período.

Logo ao iniciar a análise sobre o movimento migratório, o autor, esclarece a relação entre mobilidade social e migração no Brasil, explicando que o volume da mobilidade social conseguida não teria significado melhoria efetiva nas condições de vida de uma massa considerável de trabalhadores rurais, já que a inserção ocupacional não fora adequada, pois não garantia renda suficiente para subsistência no mundo capitalista.

Portanto essa mobilidade social não teria gerado uma diminuição na desigualdade social, já que os pequenos ganhos ascensoriais da maioria foram amplamente superados pelos ganhos da minoria.

Como fatores estruturantes para o desenvolvimento da mobilidade social estariam à industrialização, a urbanização e ampliação das ofertas educacionais, com o intuito de adequar o trabalhador rural ao novo

mundo do trabalho mecanizado.

De modo geral, o país não detinha pesquisadores que levantassem informações sobre a migração. Diferentemente do que ocorria nas áreas de demografia-fecundidade e mortalidade.

Não haviam dados que pudessem ser considerados relevantes para desvelar o desenvolvimento do movimento migratório.

Durante a década de 90, com auxílio da tecnologia para armazenamento de registros, pôde-se avançar na produção de análises mais sistemáticas e mais amplas das migrações regionais e nacionais.

Durante a Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD), obteve-se elementos inéditos para a pesquisa em movimentos migratórios pôde-se saber quais eram os tipos de movimentos mais comuns que ocorriam, as motivações para migrar, a composição do arranjo familiar em movimento, o perfil sociodemográfico do migrante, a relação entre o a mobilidade ocupacional e mobilidade espacial.

Estes estudos convergiam na constatação de importantes mudanças na estrutura ocupacional dos migrantes, considerando o momento da partida e instalação do migrante.

Devida a pouca experiência, os migrantes chegavam à metrópole e ocupavam cargos que necessitavam baixa qualificação dentro de construções civis, geralmente sujeitando-se a condições contratuais precárias.

É principalmente por meio do trabalho que o migrante que o possuía o mínimo de qualificação se inseriu nas condições de vida da sociedade urbano-industrial, a grande metrópole, e evasão por parte daqueles que não detinham a mínima qualificação.

A mobilidade social se faz presente no contexto

de dificuldades crescentes do mercado de trabalho, com a crise dos anos 80, as possibilidades de continuidade deste modelo de mobilidade – restrita, desigual, mas ascendente, passaram a ser menores.

Os determinantes básicos da intensa mobilidade social ascendente neste século, deve-se muito a industrialização e a migração rural-urbana, perdendo a “força transformadora” das décadas passadas, deixando de imprimir o ritmo de mudanças estruturais no espectro ocupacional que possibilitaram a incorporação de massas crescentes provenientes do campo em postos de trabalho (e sub-trabalho) na indústria e serviços terceirizados.

A queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – de 7% aa entre 1975 a 1980 para 1% no quinquênio seguinte com a conseqüente diminuição no ritmo de criação de postos de trabalho no setor formal, o aumento da rotatividade da mão-de-obra, assim como a contração das vagas na Indústria de Transformação e na Construção Civil nas Regiões Metropolitanas acabou limitando as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e as possibilidades de progressão funcional.

A conjuntura dos anos 80 intercalou ciclos de expansão e retração econômica (Teixeira 1992, Cano & Pacheco 1992), processo esse que, no balanço geral da década, não parece ter criado condições concretas para mobilidade social generalizada.

Afinal, entre 1980 e 1989, a indústria brasileira cresceu apenas à taxa média de 1,3 % ao ano, fato que combinado ao emprego de técnicas de produção, cada vez menos intensivas em mão de obra, acabou fazendo com que a participação do setor no conjunto dos ocupados não mais aumentasse por todo o período (CACCIAMALI, 1992).

O baixo desempenho também da Construção Civil, que perdera seu principal agente dinamizador (BNH) por conta da crise dos sistemas de financiamento habitacional, representou, pois, limites severos às possibilidades de mobilidade estrutural na década de 80.

As condições gerais do mercado de trabalho urbano viriam se mostrar crescentemente preocupantes e menos favoráveis mais ao final da década, com baixa expansão do emprego formal, aumento da parcela dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem

contrato de trabalho formalizado, além da redução significativa dos níveis salariais.

O desemprego só não foi maior e crescente no período devido a capacidade de absorção da população ativa pelo setor de Prestação de Serviços e Comércio (Mattoso & Baltar, 1996; Baltar, Dedecca & Henrique, 1997) e pelo desempenho da Administração Pública e dos Serviços Sociais na criação de postos de trabalho durante a década.

Pesquisando um período de 13 anos, de 1980 até 1993, Jannuzzi conclui que existem condições macro e micro estruturais, que definem uma maior ou menor facilidade para o desenvolvimento do processo migratório.

O período analisado configurou-se por grandes oscilações conjunturais da economia brasileira, período permeado de grande prosperidade e de baixa na economia nacional.

Os trabalhadores em sua grande maioria conseguiam apenas trabalhos no setor informal, pois dependiam de qualificação para trabalhos mais especializados.

Além da agravante do aumento do desemprego, contavam com baixa qualificação e, portanto, quando conseguiam um cargo, ganhavam uma remuneração ínfima.

O baixo dinamismo da expansão do emprego na indústria, em detrimento da prestação de serviços e comércio, a terceirização da estrutura ocupacional, a desestruturação do mercado de trabalho, contribuíram para que fossem reduzidas as possibilidades de mobilidade estrutural visto com mais efusão na década anterior.

A inserção de grupos sociais ou indivíduos no mercado de trabalho, visando principalmente dentro dos novos empregos, melhores condições de vida, foram permeadas por imensos empecilhos que dificultaram em algum momento, os mais e os menos qualificados, independentes de onde partiu o movimento migratório.

A migração, portanto, que definia mudanças estruturais no mercado de trabalho industrial, não se traduz necessariamente em mudança social para o trabalhador migrante.

Com a obra *Migração e Mobilidade Social – Migrantes no mercado de trabalho paulista*, apresen-

tou-se evidências empíricas acerca da mudança dos níveis e padrão da mobilidade social no Brasil, assim como a importância da migração como elemento estruturador do processo.

Essas evidências apontam, entre outros aspectos, para a necessidade de se retomar com maior afinco os estudos sobre a inserção social do migrante na sociedade destino, depois do relativo esquecimento por que o tema passou depois dos estudos realizados nos anos 70 sobre “Migração e Trabalho”.

Os dados disponíveis, certamente podem permitir avanços importantes sobre as articulações recíprocas entre mobilidade social e migração.